

Revista Expressão Católica

A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE BANABUIÚ-CE

Valter de Souza Pinho
Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro
Mário José Azevedo
Jurleudo Barbosa de Aquino

RESUMO

De acordo com o argumento de Severo e Miguel (2005) citando Abdallah e Bacha (1999), a pesca artesanal é uma das atividades econômicas mais antigas do Brasil, sendo a principal fonte de recursos para muitas famílias de diversas comunidades, tanto no litoral, quanto no interior dos Estados. No município de Banabuiú - CE, a atividade pesqueira artesanal destaca-se como uma importante atividade econômica, gerando renda, ocupando a mão-de-obra e ofertando alimento saudável para a população, em especial, para as comunidades rurais localizadas às margens dos grandes reservatórios. Assim, este trabalho teve como objetivo principal avaliar o estágio de desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca artesanal no referido município. Para o aprofundamento no assunto, realizou-se uma revisão teórica sobre Cadeia Produtiva e Pesca Artesanal. Para buscar atingir os objetivos, realizaram-se pesquisas bibliográficas e de campo; para se conhecer melhor o perfil socioeconômico e a percepção dos pescadores sobre o desenvolvimento da cadeia, foram entrevistados 30 pescadores artesanais do município de Banabuiú e o presidente da colônia de pescadores. Com os pescadores foi feita uma entrevista semiestruturada e com o presidente da colônia optou-se pela entrevista aberta. A coleta de dados foi realizada no mês de março de 2012. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um formulário seguindo uma entrevista semi-estruturada, com perguntas abertas e fechadas. De acordo com os resultados da pesquisa, verificou-se que a cadeia produtiva da pesca artesanal no município de Banabuiú atingiu um nível satisfatório de desenvolvimento, sobretudo, na última década. Comprovou-se também que mesmo com melhorias, a cadeia produtiva enfrenta gargalos como reduzir o nível de intermediação na comercialização e agregar valor ao pescado.

Palavras-Chave: Pesca Artesanal. Cadeia Produtiva. Banabuiú.

ABSTRACT

According to the argument of Severus and Miguel (2005) citing Abdallah and Bacha (1999), the fishing is one of the oldest economic activities in Brazil, the main source of income for many families from diverse communities, both on the coast, and within states. In the city of Banabuiú - CE, the artisanal fisheries is highlighted as an important economic activity, generating income, holding the hand labor and offering healthy food for the population, especially for rural communities located on the shores of large reservoirs. This study aimed to assess the developmental stage of the production chain of artisanal fisheries in that municipality. For a deeper issue, we carried out a theoretical review and Artisanal Fisheries Production Chain. To seek to attain the goals, there were bibliographic and field research, to better understand the socioeconomic profile and awareness of fishermen on the development of chain, 30 fishermen were interviewed in the municipality of Banabuiú and president of the colony of fishermen. With the fishermen was made a semi-structured interview and the president of the colony it was decided to open interviews. Data collection was performed in March 2012. The data collection instrument used was a form following a semi-structured interview with open and closed questions. According to the survey results, it was found that the productive chain of artisanal fisheries in the city of Banabuiú reached a satisfactory level of development, particularly in the last decade. It was shown also that even with improvements, supply chain faces bottlenecks to reduce the level of intermediation in the marketing and adding value to fish.

Keywords: Artisanal Fisheries. Production Chain. Banabuiú.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a atividade pesqueira possui significativa importância para a economia do país, tendo em vista o constante crescimento do setor revelado no boletim estatístico do MPA divulgado no ano de 2010. Mesmo assim, o Brasil, em relação à produção mundial de pescado, ocupa apenas 18ª posição de pescado.

No Brasil, a pesca artesanal se destaca como uma importante atividade econômica, que gera postos de trabalho, ocupa a mão-de-obra e oferta alimento saudável e nutritivo para a população, e mantém características culturais marcadas pelas tradições de um povo.

Não obstante, o município de Banabuiú – Ceará possui, em seu território, grande abundância de recursos hídricos com dois açudes de grande porte, dois rios perenes e outros reservatórios de pequeno e médio porte. Assim sendo, a pesca artesanal também assume importante contribuição na economia local.

Neste sentido, o presente estudo adotou a pesquisa qualitativa e quantitativa para investigar o estágio de desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca artesanal em Banabuiú. Desse modo, pelas considerações apontadas e embasadas pelo referencial teórico desse trabalho propôs-se a seguinte pergunta: A cadeia produtiva da pesca artesanal no município de Banabuiú tem alcançado melhorias?

Como objetivos específicos deste trabalho de pesquisa foram definidos os seguintes: Identificar os agentes componentes da cadeia produtiva; Identificar os gargalos que a cadeia enfrenta.

Na perspectiva social, a escolha deste tema pode ser justificada pela falta de estudos sobre o assunto na cidade e região, podendo os seus resultados serem relevantes para os componentes da cadeia produtiva e para os profissionais que trabalham no setor. Sob o ponto de vista pessoal, com esse trabalho, o autor tem o interesse de ajudar para que a realidade do setor seja conhecida e, deste modo, contribuir para o desenvolvimento da atividade pesqueira.

2 CADEIA PRODUTIVA

Mielke (2002, p.15) citando (CHEVALIER,1978 e SELMANI, 1992) diz que “uma cadeia produtiva é um conjunto produtivo articulado de atividades integradas, sendo esta uma interação consecutiva às articulações do mercado, tecnológica e de capital”.

Ainda na avaliação de Mielke (2002, p.15), citando Monfort (1983) e Selmani (1992), diz que:

O conceito de cadeia produtiva faz referência a ideia que um produto, bem ou serviço é uma sucessão de operações efetuadas por diversas unidades

interligadas como um todo. Trata-se de uma corrente que vem desde a extração e manuseio da matéria prima até a distribuição.

Selmani (1992) apud Mielke (2002, p.15) afirma “consistir a cadeia produtiva em uma sucessão de estágios técnicos de produção e de distribuição, que estão devidamente alinhados com o mercado e com a demanda final, sendo integrados estes estágios tecnológicos”.

2.1 PESCA ARTESANAL

Diegues (1983) define a pesca artesanal como sendo aquela modalidade de pesca em que a produção é de pequena escala, realizada por pescadores que geralmente utilizam mão-de-obra familiar ou de grupo de moradores da mesma comunidade (regime de parceria) em pequenas embarcações. Ainda segundo o conceito de Diegues (1983), a pesca artesanal tem poder de predação pequeno e a sua produção destina-se a comercialização.

Clauzet, M., Ramires, M. e Barrella, W. também seguem a mesma linha de pensamento de Diegues (1983) e o citam para darem a definição de pescadores artesanais.

Pescadores artesanais podem ser classificados como aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois a embarcação e equipamentos utilizados para tal possuem pouca autonomia - no caso da pesca artesanal marítima. A captura da pesca artesanal é feita através de técnicas de baixo custo e sua produção é total ou parcialmente destinada ao mercado. Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, possuem grande conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem (DIEGUES, 1983 apud CLAUZET, M., RAMIRES, M. E BARRELLA, W, pg. 1).

A Lei da pesca, Lei nº11. 959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca e regula as atividades pesqueiras no Brasil, define como recursos pesqueiros “os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aqüicultura”. A legislação estabelece também como pesca toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros.

Essa mesma lei, a respeito da atividade pesqueira, define a pesca em duas modalidades de natureza diferentes: pesca comercial e pesca não comercial. A pesca artesanal, assim como, a pesca industrial se enquadra dentro da modalidade de pesca comercial e é definida da seguinte forma:

Pesca Artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; LEI Nº 11.959 de 29 de junho de 2009, p. 8).

Para Maldonado (1986, p. 53), “a pesca artesanal se encontra em contraste com a pesca industrial, por ter características bastante diversificadas, tanto em relação aos hábitat e estoques pesqueiros que exploram, quanto às técnicas de pesca que utilizam”.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em estudo divulgado na década passada sobre a pesca artesanal na América Latina e Caribe, a pesca artesanal está dividida em três diferentes tipos. A FAO defende que essa diferenciação entre os tipos de pesca artesanal é extremamente necessária para o desenvolvimento do setor pesqueiro na América Latina e Caribe, pois conhecendo melhor as particularidades de cada modalidade as autoridades podem melhor formular políticas de fomento do setor. Essa afirmação é comprovada observando-se o seguinte trecho do estudo:

A existência destas várias formas de pesca artesanal, sem uma classificação clara nem um sistema de normas e regulamentos apropriados para cada uma delas, coloca as administrações da pesca em sérias dificuldades para garantir o desenvolvimento sustentável da pesca costeira e continental (FAO, 2000, p.27).

2.1.1 Pesca Artesanal de Subsistência

Segundo a FAO, a pesca artesanal de subsistência, ou pesca de auto-consumo, ou ainda, pesca doméstica é aquela que é praticada sem fins comerciais, cuja produção, que é pequena, não se destina ao mercado e sim ao consumo da própria comunidade que realizou a pesca, daí o nome pesca de subsistência. Este tipo de pesca existe desde os primórdios da humanidade e, em muitas comunidades

remotas, é umas das poucas fontes de alimentos. Isso é comprovado no seguinte trecho do estudo divulgado pela FAO.

A pesca artesanal de subsistência que também tem existido desde os primórdios da humanidade está em pleno crescimento, motivado pelo deslocamento maciço de trabalhadores do campo e das cidades que encontram na pesca um modo - às vezes o único - de sobreviver. Os pescadores de subsistência quase sempre carecem de meios de produção, assistência técnica e de experiências necessárias para permanecerem de maneira estável na pesca. Isso resulta em uma grande mobilidade diante do surgimento de outras oportunidades de trabalho no meio rural ou nas cidades. É necessário diferenciar certos tipos de pesca de subsistência, chamada também de pesca doméstica ou de auto-consumo, que se realiza com fins não comerciais por comunidades indígenas e outros moradores locais de regiões remotas, em alguns países da região. Essas áreas de pesca embora poucas desenvolvidas em seus aspectos técnicos têm a vantagem de ser administrada pela população local, com os mesmos princípios que são utilizados sempre para manejar os demais recursos naturais da comunidade (FAO, 2000, p. 30).

2.1.2 Pesca Artesanal Tradicional

Conforme a definição dada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, a pesca artesanal tradicional é outra modalidade de pesca artesanal. Na pesca artesanal tradicional, a produção pesqueira é destinada ao mercado; tem, portanto fins comerciais. Em alguns casos, parte da produção é consumida pela comunidade e o restante comercializado. São utilizadas embarcações tradicionais e os pescadores mantêm seus hábitos e costumes bastante arraigados. O seguinte texto evidencia esta afirmação.

A pesca artesanal tradicional se pratica com embarcações também tradicionais. Os pescadores mantêm seus hábitos e costumes bastante arraigados, geralmente sua mobilidade é limitada e por serem proprietários em muitos casos os meios de produção se mantêm na atividade em tempo integral, embora sua renda seja baixa. Nos últimos anos, esta modalidade de pesca tem experimentado certo desenvolvimento com a introdução de motores de polpa cada vez mais potentes, a utilização de redes de emalhar de monofilamento, o uso de novos materiais, na construção das embarcações e melhorias nas instalações de desembarque e manipulação dos produtos pesqueiros. Em muitos lugares, pescadores artesanais tradicionais também têm experimentado melhoras econômicas mediante a venda de seus produtos, para restaurantes e cadeias de supermercados nacionais ou de exportação (FAO, 2000, p. 32).

2.1.3 Pesca Artesanal Semi-industrial ou Avançada

Como apontado pela FAO, a pesca artesanal semi-industrial ou avançada é a modalidade da pesca artesanal mais desenvolvida, com utilização de embarcações bem equipadas para navegação, captura e conservação do pescado e técnicas que possibilitam alcançar uma produtividade de pescado média. Chega, em alguns casos, a competir com a pesca industrial.

A pesca artesanal avançada é realizada com embarcações de porte médio, bem equipadas para a navegação, conservação a captura e vida a bordo; utiliza técnicas de pesca de produtividade média. Este tipo de pesca às vezes concorre com êxito com a pesca industrial na captura de mariscos e peixe fino, para o mercado de exportação e se beneficia de certos subsídios estabelecidos para a pesca artesanal em geral. A pesca artesanal avançada existe desde alguns anos atrás, mas foi marcada pelo seu pouco significado. Em tempos recentes, tem experimentado um crescimento considerável na maioria da região, incentivada por leis que favorecem a pesca artesanal sem distinguir suas diferentes modalidades e estimulada também pela crescente demanda de mariscos e pescado de alto valor nos mercados asiáticos, europeus e da América do Norte. Apesar das diferenças mencionadas entre as várias modalidades de pesca artesanal, também existe características comuns entre elas, pelo fato de ser realizado nas próprias comunidades e a maioria dos pescadores semi-industriais foram pescadores artesanais tradicionais e muitos destes, por sua vez, foram pescadores de subsistência. Assim, embora devam ser estabelecidos normas e regulamentos diferenciados para cada modalidade, a pesca artesanal deve ser analisada como um conjunto, com características específicas (FAO, 2000, p. 34).

3 METODOLOGIA

De acordo com Marconi & Lakatos (2003), “os tipos de pesquisa são classificados sob o ponto de vista de seus objetivos e sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos utilizados”. Deste modo, este projeto de pesquisa adotou, como base científica, sob o ponto de vista de seus objetivos, uma pesquisa descritiva, qualitativa-quantitativa e sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos utilizados se fundamenta nas pesquisas bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Minayo (2003) aponta o objetivo principal das pesquisas descritivas: “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Os sujeitos dessa pesquisa foram pescadores artesanais do município Banabuiú, filiados à Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-14 de

Banabuiú que trabalham continuamente na atividade pesqueira e que, de forma voluntária, aceitaram participar do estudo. A amostra foi de 30 pescadores dentro de um universo que varia em torno de 300 pescadores artesanais, escolhidos de forma aleatória, por conveniência entre aqueles que freqüentam as assembléias da colônia de pescadores.

A amostra a partir do critério de participação nas assembléias se fundamenta no fato de que muitos pescadores estão registrados na colônia de pescadores, entretanto, não exercem a atividade com freqüência, assim como, há pescadores que exercem a atividade, mas não estão cadastrados. A escolha de pescadores que estão continuamente na atividade pesqueira tornou essa amostra a mais representativa possível, visto que os entrevistados conhecem de perto a realidade e o ambiente em que estão inseridos, e isso, contribuiu para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados.

Para entrevistar os pescadores utilizaram-se entrevistas semiestruturadas combinando perguntas abertas e fechadas. Quaresma (2005) destaca a relevância das entrevistas semiestruturadas: “As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto”.

Também foi feita uma entrevista com o presidente da colônia de pescadores de Banabuiú (a colônia é a entidade que representa a classe dos pescadores; sindicato dos pescadores). Para essa entrevista utilizou-se a entrevista aberta, a mais adequada para este trabalho.

De acordo com Minayo (1993) apud Quaresma (2005):

A entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos.

A coleta de dados foi realizada no mês de março de 2012. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um formulário seguindo uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas, já que as pessoas escolhidas para a pesquisa possuem pouca ou nenhuma instrução.

4 A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE BANABUIÚ

O município de Banabuiú possui, em seu território, grande abundância de recursos hídricos com dois açudes de grande porte, dois rios perenes e outros reservatórios de pequeno e médio porte. Desta maneira, a atividade pesqueira e aqüícola têm grande potencial em Banabuiú, destacando-se como importantes atividades econômicas de geração de emprego e renda, ocupação da mão-de-obra pouca qualificada e ofertando alimento saudável para a população.

A exemplo de outros municípios cearenses que possuem em seus territórios grandes açudes, como Orós e Jaguaribara, Banabuiú apresenta tradição na pesca artesanal, sendo esta atividade desenvolvida com maior intensidade desde quando os reservatórios foram construídos.

No Cenário regional, Banabuiú está inserido na Região Nordeste, que responde por 34% da produção nacional de pescado, sendo, portanto, a região que mais produz pescado no Brasil. Com uma produção anual em torno de 88 mil toneladas, o estado do Ceará é o 4º maior produtor de pescado do país, ficando atrás apenas Santa Catarina, Pará e Bahia. No nordeste, o Ceará ocupa a 2ª colocação na produção de pescado. O maior produtor do Nordeste é a Bahia (MPA, 2010)

Quando se trata de produção de tilápia, o Ceará ocupa posição de liderança, sendo o estado brasileiro que mais produz este tipo de pescado. Segundo informações do Governo do Estado do Ceará, a produção de tilápia no ano de 2010 foi de 25 mil toneladas, mas o potencial do estado é muito maior, cerca de 10x mais do que a produção de 2010. Em 2011 foi criada a Secretaria Estadual da Pesca, antes havia apenas uma coordenadoria da pesca, ligada a Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Com a criação da Secretaria Estadual da Pesca, a meta do Governo do Estado é aumentar a produção de tilápia em 10 vezes, o que certamente vai colocar o Ceará na 1ª ou 2ª lugar no ranking de produção de pescado no país (MPA, 2010).

O município está inserido no Território da Pesca e Aqüicultura do Sertão Central do Ceará, um dos 174 Territórios da Pesca e Aqüicultura do Brasil. O Ministério da Pesca e Aqüicultura - MPA adota a política de organização em territórios para atender de maneira mais eficiente cada grupo, pois as necessidades dos pescadores variam de acordo com o lugar onde vivem o tamanho e a infra-

estrutura que têm, as técnicas que usam e o grau de desenvolvimento econômico do estado e da região onde estão localizadas as comunidades (MPA, 2010).

4.1 BREVE HISTÓRICO DA ATIVIDADE PESQUEIRA DE 1970 AOS ANOS 2000

Este breve histórico será relatado a partir de uma entrevista aberta realizada com o Presidente da Colônia de Pescadores.

A atividade pesqueira artesanal começou a ser desenvolvida em Banabuiú, então distrito de Quixadá, em meados da década de 1970, quando foram concluídas as construções dos dois grandes açudes existentes no município. Antes desse período a pesca já existia, entretanto, era exercida em pequena escala e era caracterizada por ser pesca de subsistência.

Nas décadas seguintes, formaram-se comunidades de pescadores as margens dos grandes açudes que viviam da agricultura e da pesca, pescando para o consumo próprio e vendendo o excedente da produção. A partir dessa época, a pesca artesanal de subsistência começava a ser substituída pela pesca artesanal tradicional.

No ano de 1990, a Ceará Pesca S.A – CEPESCA construiu, em pontos estratégicos do estado, fábricas de gelo e entrepostos de pescado. Banabuiú era um desses pontos estratégicos, pois já tinha tradição na pesca. Assim, a CEPESCA construiu em Banabuiú um entreposto de pescado com fábrica de gelo, câmara de refrigeração e um pequeno frigorífico de beneficiamento de pescado.

Com relação às unidades de frios administradas pelo estado, no Governo Tasso (1998-2002) existiam 11 (onze) unidades de frio espalhadas pelo estado, sendo 6 (seis) entrepostos de recebimento do pescado (câmaras de estocagem) e 5 (cinco) frigoríficos/entrepostos. Os entrepostos somente recebiam o pescado e o armazenava. Os mesmos estavam localizados, tanto no litoral (municípios de Bitupitá, Caponga), e em área continental (nos municípios de Crateús, Juazeiro do Norte, Quixeramobim, e Sobral). Já os frigoríficos/entrepostos tinham fábrica de gelo, e estavam localizados em áreas estratégicas do estado. Eles estavam localizados nos Municípios de Aracati, Banabuiú, Camocim, Fortaleza e Orós (OLIVEIRA, 2008, p. 64).

O entreposto de pescado de Banabuiú foi um importante instrumento na estruturação da cadeia produtiva da pesca artesanal do município, pois vendia gelo a um preço bastante acessível e dispunha de uma câmara fria para conservar o pescado. De acordo com o Presidente da Colônia de Pescadores, o entreposto e a

fábrica de gelo funcionou até 2004. Foi desativada porque se tornou economicamente inviável, pois usava dois motores de 10 HP cada, e os gastos com energia eram maiores que a arrecadação.

4.2 A ATIVIDADE PESQUEIRA DOS ANOS 2000 AOS DIAS ATUAIS

Nos anos 2000, principalmente a partir do ano de 2003 – ano em que foi criada a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, uma reivindicação do setor formulada na 1ª Conferência Nacional da Pesca, também em 2003, o cenário da pesca artesanal e aqüicultura no Brasil começou a passar por grandes transformações e deu-se início a estruturação da cadeia produtiva da pesca. Em Banabuiú, em consonância com o atual cenário nacional, a pesca artesanal começou a passar por transformações.

No município de Banabuiú, existem, oficialmente cadastrados no Registro Geral da Pesca – RGP, de acordo com consulta realizada no site do MPA, 221 pescadores, todos pescadores artesanais. Entretanto, o número de pescadores existentes no município é maior, pois existem pescadores que não são registrados na colônia de pescadores e conseqüentemente no Ministério.

O seguro-defeso, benefício que o pescador recebe enquanto a pesca é proibida para a reprodução das espécies – na pesca continental, que é o caso de Banabuiú, o período é de fevereiro a abril, época em que o peixe de piracema se reproduz – foi ampliado pelo Governo federal em 2003, passando a atender um número maior de pescadores. Segundo o Sr. Genival, presidente da colônia, desde o ano de 2006, cerca de 200 pescadores são beneficiados anualmente com o seguro-defeso, que corresponde a três salários mínimos e representa uma injeção de dinheiro na economia do município de mais de 300 mil reais.

Na entrevista realizada com o presidente da Colônia de Pescadores de Banabuiú, constatou-se que o setor tem alcançando muitas melhorias nos últimos anos. O presidente afirmou que, de 2004 a 2008, a cadeia enfrentou dificuldades de conservação do pescado, pois a antiga fábrica de gelo foi desativada em 2004. E a partir daí os pescadores conservavam o pescado com a salga. Outro problema decorrente da falta de gelo foi a agressão ambiental que ocorreu nesse período, visto que, o pescado era salgado e depois dessalgado dentro do açude, despejando

toneladas de sal toda semana, o que a longo prazo, pode causar alta salinidade da água e torná-la não potável.

Esse gargalo da cadeia produtiva foi resolvido em 2008, quando o município recebeu do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA uma fábrica de gelo com capacidade produzir de 3,5 toneladas de gelo por dia.

A partir de 2008, o município teve significativa melhoria da cadeia produtiva. Além da fábrica de gelo, Banabuiú recebeu um caminhão refrigerado e equipamentos para uma unidade de beneficiamento de pescado. O caminhão refrigerado e a fábrica de gelo são muito importantes da cadeia produtiva do pescado. Isso é verificado no seguinte texto do MPA.

Diagnósticos revelam que grande parte da deficiência estrutural do setor pesqueiro artesanal está vinculada às dificuldades de conservação, principalmente na aquisição do gelo e transporte do pescado. Os caminhões frigoríficos auxiliarão na distribuição e transporte dos peixes além de estimular a produção e facilitar a comercialização (MPA, 2010, p. 35).

De acordo com a Colônia de Pescadores, a unidade de beneficiamento de pescado irá funcionar no prédio do antigo entreposto de pescado. No entanto, é necessário fazer algumas mudanças na estrutura / layout do prédio para atender todas as exigências sanitárias e higiênicas, para obter o a licença do Serviço de Inspeção Federal – SIF. Com essa licença é possível comercializar o pescado em todo o país. Um ponto negativo, detectado na pesquisa foi o total desinteresse do poder público local com a atividade pesqueira no município.

Mesmo sem o apoio do poder público local, a cadeia produtiva tem se organizado. Este ano está em andamento o projeto desenvolvido pela colônia de pescadores e agência local do Banco do Brasil, chamado Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. O projeto busca desenvolver a cadeia produtiva da pesca através da concessão de crédito e capacitação para os pescadores artesanais.

Outra articulação importante da cadeia a nível regional foi a criação do Comitê Setorial da Pesca e Aquicultura do Território da Cidadania do Sertão Central. O Território da Cidadania é um programa nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, mas que envolve ações interministeriais. Dentro do território, o Comitê Setorial da Pesca é composto pelos agentes da cadeia produtiva da pesca na região (presidentes de colônias e associações de pescadores,

pescadores, aquicultores e outros) e o órgão que discute as políticas relacionadas à pesca e a atividade aquícola no âmbito do Sertão Central.

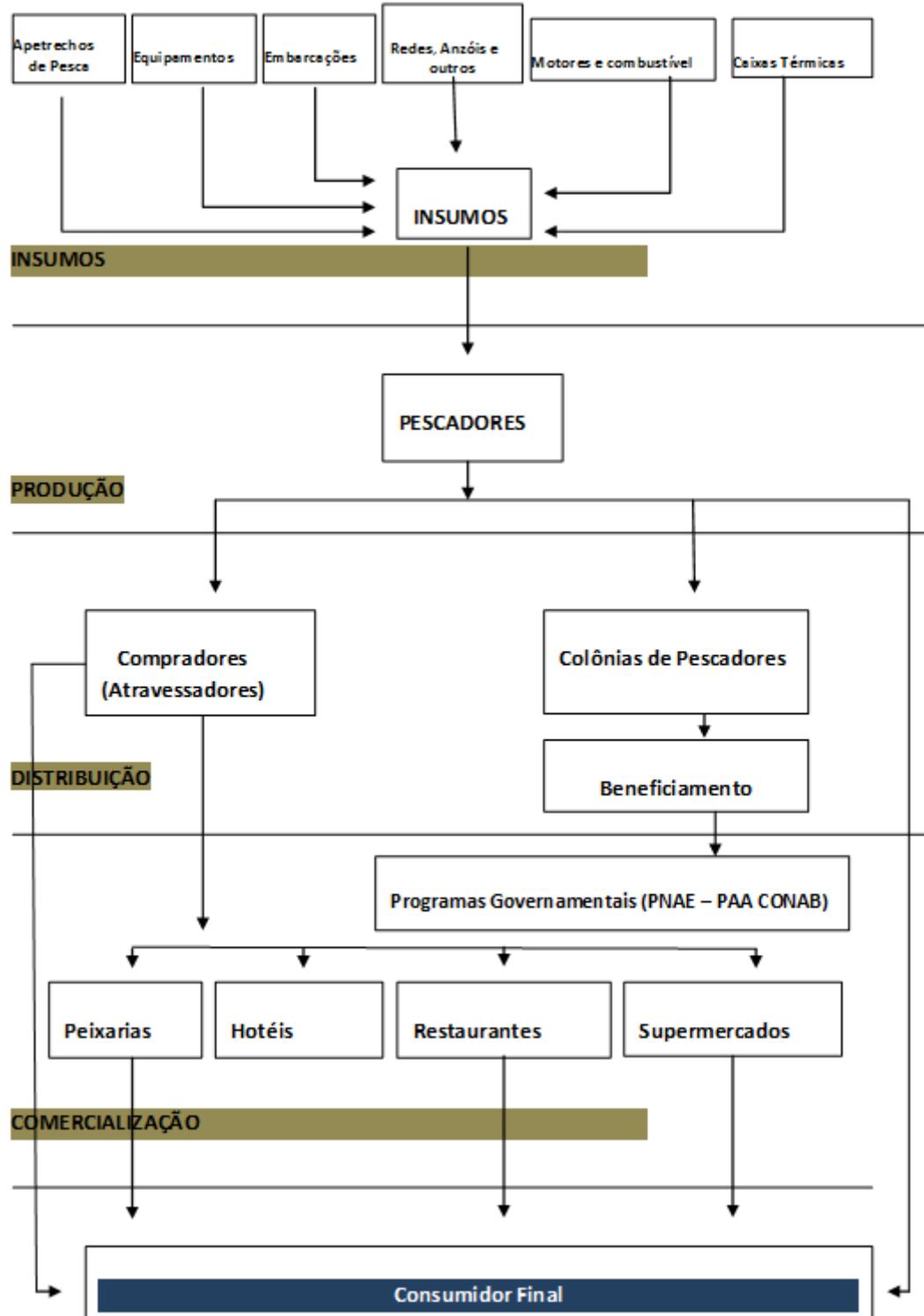
De acordo com o presidente da Colônia de Pescadores de Banabuiú, o senhor Genival Maia Barreiros, a entidade também está participando de um projeto promovido pela Organização Solidariedade Mundial – WSM. Com sede na Bélgica, WSM é uma instituição que apóia movimentos de trabalhadores na Bélgica, Ásia, África e America Latina. No ano de 2011, um dos projetos apoiados pela WSM foi O projeto “Empreendimento Solidários no Sertão Central”, está sendo desenvolvido de forma integrada em 6(seis) Colônias de Pescadores do Sertão Central, entre elas, a de Banabuiú, e tem como objetivo ajudar a fomentar a cadeia produtiva da pesca artesanal na região. As colônias receberam como doação equipamentos para beneficiamento do pescado e embarcações do tipo barco e rabeta. O presidente contou que, em janeiro deste ano, recebeu uma comissão da WSM para acompanhar o andamento do projeto.

Outra melhoria significativa do setor nos últimos anos diz respeito à comercialização do pescado. O presidente da entidade representativa dos pescadores disse que a colônia está vendendo, em média, 1.000 kg de filé de tilápia por mês para a merenda escolar. A comercialização do pescado para a merenda escolar é feita através dos programas PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar - que é obrigado a comprar 30% da agricultura familiar - e do Programa de Aquisição de Alimento – PAA, do governo federal, desenvolvido pela CONAB. O dirigente da Colônia de Pescadores relatou que, como a unidade de beneficiamento ainda não está funcionando, é obrigado a beneficiar o pescado em outra cidade, o que aumenta os custos de produção e reduz os lucros dos pescadores.

Um passo importante na organização dos pescadores artesanais de Banabuiú e da região foi à criação, em 2010, da Cooperativa de Produtores na Economia Solidária, Pesca Artesanal, Aquicultura e Agricultura Familiar do Sertão Central – COOPESCAF. A cooperativa tem cooperados de todas as colônias de pescadores do Sertão Central e tem como objetivo organizar o setor e comercializar sua produção, o que é recomendado na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, a lei da pesca: Art. 28. As colônias de pescadores poderão organizar a comercialização dos produtos pesqueiros de seus associados, diretamente ou por intermédio de cooperativas ou outras entidades constituídas especificamente para esse fim.

A seguir, segue a figura da cadeia produtiva da pesca artesanal no município de Banabuiú, com seus componentes.

Figura 1 – Cadeia produtiva da pesca artesanal em Banabuiú-CE.



Fonte: Dados da pesquisa.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com os resultados da pesquisa, foram entrevistados 30 pescadores artesanais, todos do sexo masculino. Segundo o presidente da colônia de pescadores de Banabuiú, o Sr Genival Maia Barreiros, também existem mulheres pescadoras registradas na colônia e no Registro Geral da Pesca – RGP, no entanto, nas reuniões dos pescadores, onde os dados foram coletados, não se constatou a presença de pescadoras.

No Brasil, de acordo com o MPA, levando em conta a questão de gênero, cerca de 64% dos pescadores registrados no RGP são do sexo masculino, e 36% do sexo feminino.

A respeito da distribuição etária dos pescadores profissionais artesanais do município de Banabuiú, constatou-se que a faixa de 30 a 39 anos de idade foi a que apresentou o maior número de respondentes (12 pescadores), correspondendo assim a 40% do total da amostra. 10 pescadores responderem ter de 40 a 49 anos, representando 33,3% do total dos pescadores entrevistados. A pesquisa também constatou uma quantidade significativa de pescadores nas faixas de idade entre 18 a 29 anos, com 5 pescadores, e entre 50 e 59 anos, com 2 pescadores, respondendo por 16,7% e 6,7%, respectivamente, do total desses profissionais do município. Houve apenas 1 pescador que declarou ter 60 anos ou mais, representando apenas 3,3% da amostra.

No quesito nível de escolaridade, percebe-se que uma grande quantidade de pescadores (70%) não concluiu o ensino fundamental, este grupo é composto principalmente por aqueles pescadores mais velhos.

Ainda de acordo com os resultados da pesquisa, 13,3% dos pescadores disseram ter o 1º grau completo. O percentual de pescadores que estudaram até o 2º grau, mas não concluíram chegou a 10% da amostra. Os pescadores que declararam ter o 2º grau completo foram 6,7% dos entrevistados. A percentagem de pescadores com curso superior completo ou incompleto foi de 0%.

Na pesquisa, constatou-se, que 46,7% dos pescadores são casados oficialmente; 11 pescadores ou 36,7% vivem no regime de união estável. 13,3% (4) dos respondentes disseram ser solteiros. 3,3% dos entrevistados se declaram viúvo/divorciado. Conclui-se que a maioria dos pescadores artesanais de Banabuiú é casada.

Os resultados da pesquisa mostraram que 53,3%, ou seja, 16 pescadores têm uma renda familiar de até R\$ 1.000. Outra quantidade bastante representativa de indivíduos(12 pescadores) declarou ter uma renda familiar entre R\$ 1.001 a R\$ 2.000 representando 40% do total de pescadores entrevistados. Os pescadores artesanais entrevistados cujas rendas familiares são acima de R\$ 2.000 representaram 6,7 % ou 2 pescadores do total entrevistado.

Com relação ao tempo de trabalho na pesca, a pesquisa revelou que a maioria, 30% dos pescadores tem de 16 a 19 anos de trabalho na atividade pesqueira. Outros 23,3% trabalham na pesca de 10 a 15 anos. A percentagem dos que trabalham há 5 a 9 anos foi de 20%, representando 6 pescadores entrevistados. 10% dos entrevistados disseram que pescam há 1 a 4 anos. Os que afirmaram trabalhar na pesca há 20 anos, ou mais, chegaram a 16,7% da amostra.

Dezoito (18) pescadores artesanais de Banabuiú entrevistados, representando 60% do total têm como profissão principal a pesca. Enquanto 40%, ou 12 indivíduos, afirmaram ter outra atividade além da pesca, como serviços de pedreiro, agricultor, entre outros.

Do total de pescadores entrevistados, 10% (3 indivíduos) disseram que vende o pescado diretamente para o consumidor final, no caso na cidade de Banabuiú. A colônia de pescadores compra o pescado de 23,3% (7 indivíduos) dos pescadores. Enquanto a maioria, 66,7% (20 indivíduos), dos pescadores vende sua produção para compradores intermediários (atravessadores) que vem comprar o pescado em Banabuiú e revendem noutras cidades do Ceará e até em outros estados. Há, portanto, no processo de comercialização do pescado de Banabuiú uma grande intermediação fazendo com que o peixe chegue ao consumidor final a um preço mais elevado e diminuindo a margem de lucro dos pescadores.

A maioria dos pescadores entrevistados, 63,3%, disse está satisfeito com os preços praticados pelo mercado para o pescado. 36,7% dos entrevistados disseram não está satisfeitos com o preço do pescado.

Quando indagados se percebiam algum desenvolvimento na atividade pesqueira ao longo dos anos que trabalham como pescador, a maioria -70%, respondeu que achava que a pesca se desenvolveu muito. Outros 13,3% consideraram que a atividade pesqueira se desenvolveu embora esse desenvolvimento tenha sido pouco. E os que responderam que a pesca não se

desenvolveu ao longo do período que trabalham como pescador totalizou 13,3% (4 indivíduos).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal avaliar o estágio de desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca artesanal no município de Banabuiú. De acordo com os resultados da pesquisa, observou-se que a pesca artesanal, de um modo geral, no Brasil e especificamente no município de Banabuiú alcançou muitas melhorias na última década de 2000 com a criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR em 2003 e a transformação da SEAP em Ministério da Pesca Aqüicultura - MPA em 2009. No âmbito estadual, foi criada em 2011 a Secretaria da Pesca e Aqüicultura do Estado do Ceará, antes havia apenas uma coordenadoria da pesca, ligada a Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA. Com a criação desses órgãos observa-se um ordenamento do setor e formulação de políticas públicas visando fomentar a atividade pesqueira, principalmente a artesanal, que responde por 60% da produção nacional de pescado.

Percebe-se que os objetivos, tanto o principal como os específicos deste trabalho de pesquisa foram alcançados. Com relação ao objetivo principal que era avaliar o estágio de desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca artesanal no município de Banabuiú, constatou-se que o setor pesqueiro artesanal no referido município tem atingido um nível satisfatório de desenvolvimento, sobretudo na última década, com melhorias significativas na logística, nos processos de conservação e transporte do pescado com aquisição de uma fábrica de gelo e um caminhão refrigerado.

A cadeia também apresentou avanços na sua organização social, por meio da criação de uma cooperativa (COOPESCAF), participação com a agência local do Banco do Brasil no Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, participação no Comitê Setorial da Pesca e Aqüicultura do Programa Território da Cidadania do Sertão Central do Ceará. Outra melhoria percebida na cadeia, diz respeito à comercialização do pescado para as compras governamentais por meio dos projetos como, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do MEC e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da CONAB.

Quanto ao objetivo específico deste trabalho: identificar os gargalos que a cadeia enfrenta; verificaram-se dois principais gargalos enfrentados pela cadeia:

1º - Reduzir a intermediação na comercialização do pescado. Foi constatado muitos intermediários (atravessadores), sobretudo na etapa comercialização do pescado. Isso torna o pescado mais caro para o consumidor final e também reduz a margem de lucro do pescador. Uma solução para reduzir o número de intermediários é o próprio pescador comercializar sua produção, através da Colônia e/ou Cooperativa.

2º - Agregar valor ao pescado. Esta também foi uma dificuldade enfrentada pela cadeia que a pesquisa comprovou. Grande parte da produção é comercializada sem nenhuma agregação de valor ao pescado (beneficiamento), exceto aquela produção que é vendida para o governo (merenda escolar), neste caso, o pescado é levado e beneficiado na cidade de Orós – Ceará, a 113 km de Banabuiú. A agregação de valor ao pescado permite um maior ganho ao pescador, como melhoria na qualidade do pescado, que pode ser vendido a um preço maior. Observou-se que esse gargalo que a cadeia produtiva enfrenta não é tão difícil de ser superado, pois todos os equipamentos da unidade de beneficiamento de pescado estão comprados e também já existe a estrutura física para instalação dos equipamentos, necessitando apenas de algumas modificações.

Com relação ao outro objetivo específico: identificar os componentes da cadeia produtiva; este objetivo também foi alcançado. Identificou-se os componentes nos diferentes níveis da cadeia da pesca no município de Banabuiú, desde os fornecedores de insumos, produção, distribuição e comercialização. Para melhor compreensão vide a figura na página 13.

Espera-se que este artigo tenha contribuído de alguma forma, primeiramente para se conhecer a realidade da cadeia produtiva da pesca em Banabuiú e por consequência ajudar na sua organização e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ANDREOLI, Vanessa Marion. **Natureza e Pesca**: Um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos - PR. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2001.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais**: Natureza, Território, Movimento Social. Universidade de São Paulo – USP, 2001.

Clauzet, M. Ramires, M. & Barrella, W. **Pesca Artesanal e Conhecimento Local de Duas Populações Caiçaras (enseada do mar virado e barra do una) no Litoral de São Paulo, Brasil.** Revista MultiCiencia. Ed maio de 2005.

Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH. Disponível em < www.cogerh.com.br>. Acesso em: 15/12/2011.

Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas – DNOCS. Disponível em: < www.dnocs.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2011.

DIEGUES, Carlos Antônio. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar.** São Paulo: Ática, 1983.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HULLEY, S. B.; NEWMAN, T. B.; CUMMINGS, S. R. Escolhendo os sujeitos do estudo: especificação, amostragem e recrutamento. In: HULLEY, S. B.; CUMMINGS, S. R.; BROWNER, W. S; GRADY, D.; HEARST, N.; NEWMAN, T. B. (Org.) **Delineando a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar.** São Paulo: Ática, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. R. **Comercialização de produtos agrícolas.** São Paulo: EDUSP, 1993.

MARTIN, Regina Veiga; MARTINS, Ricardo Santos. **Levantamento da cadeia produtiva do pescado do reservatório de Itaipu.** Revista Teoria e Evidência Econômica da Universidade de Passo Fundo – UPF. Passo Fundo, 1999.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. **Análise da Cadeia Produtiva e Comercialização do Xaxim, *dicksonia sellowiana*, no Estado do Paraná.** Curitiba: 2002. 74 folhas. Monografia de Pós-Graduação. Curso de Engenharia Florestal. Universidade Federal do Paraná.

Ministério da Pesca e Aqüicultura – MPA. Disponível em <www.mpa.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2010.

MONFORT, J. **Cadeias de Produção de Pesquisa.** Economia e Documentos. Nº 67. Englis INSEE, 1983.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, João Narclécio Fernandes de. **A Atitude do Consumidor mediante a sua percepção sobre os atributos dos estabelecimentos supermercadistas em Quixadá – Ceará.** Quixadá: 2010. 50 folhas. Monografia de Graduação - Curso de Administração de Empresas, Faculdade Católica Rainha do Sertão.

OLIVEIRA, Glauber Gomes de. **Políticas públicas para aqüicultura no estado do Ceará: uma comparação dos governos estaduais de 1998 a 2008.** Fortaleza: 2008. 98 folhas. Dissertação de Mestrado - Departamento de Engenharia de Pesca do Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará.

Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação – FAO. Disponível em < www.fao.org.br > Acesso em: 10 mar. 2012.

QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC - Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 11.959-09 - Lei da Pesca e Aqüicultura. **Diário Oficial da União - DOU de 30/06/2009.**

SANTOS, Marcos Antonio dos. **A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: Estudo de Caso no Nordeste paraense.** Belém: Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM), 2005.

SELMANI, Y; CHEVALIER, B. **Análise do Fluxo de Phisique de madeira dentro da cadeia.** École Nationale du Genie Rural de Água e Floresta - ENGREEF. Nancy, 1992.

SEVERO, Christiane Marques; MIGUEL, Lovois de Andrade. **Evolução da pesca artesanal na Praia da Pinheira – SC (Brasil): transformação no modo de vida de uma comunidade em transição entre pesca e turismo.** UFGRS, 2005.

SOBRE OS AUTORES

Jurleudo Barbosa de Aquino

Aluno do 8º semestre do Curso de Administração de Empresas da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

Mário José Azevedo

Mestre em Administração e Controladoria. Professor e Coordenador do Curso de Administração de Empresas da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

Professora orientadora metodológica, doutora em Ciências da Educação.

Valter de Souza Pinho

Mestre em Administração pela Universidade Fumec - MG.